

11º CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS CRIMINAIS

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E
REFORMAS PENAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

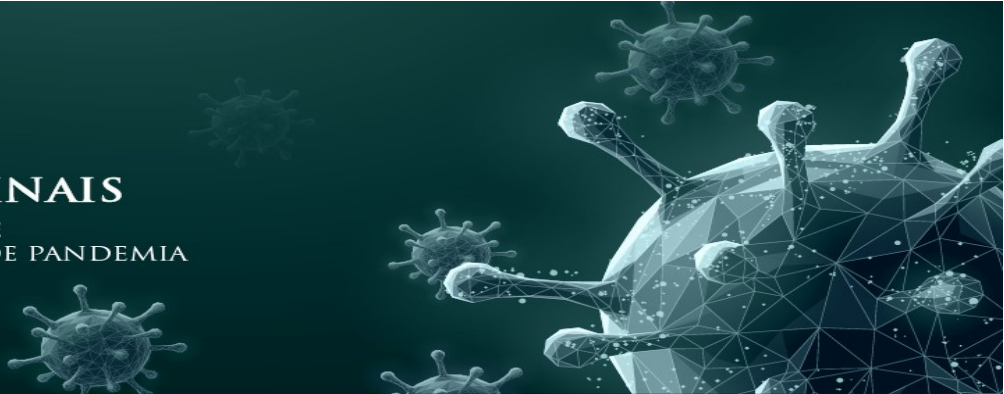
LISTA DE GRUPOS DE TRABALHO (GT's)

GT	Título da Proposta	Autores/as
GT 01	Criminologia, saúde e efeitos da pandemia nas prisões	Eugenio Raúl Zaffaroni, Luciana Simas e Nadia Espina
GT 02	Justiça Negociada e Direito Premial: novos fundamentos ou novos instrumentos para a justiça penal?	Felipe da Costa De-Lorenzi, Frederico Valdez Pereira e Michelle Barbosa de Brito
GT 03	Autoritarismo e Sistema Penal	Ricardo Jacobsen Gloeckner, Felipe Lazzari da Silveira e Bruno Silveira Rigon
GT 04	Tendências contemporâneas da imputação subjetiva: teoria e prática	Wagner Marteleto Filho, Guilherme Francisco Ceolin e Lucas Minorelli Gonçalves
GT 05	Novas Tensões No Conceito de Culpariedade	Sebastião Borges de Albuquerque Mello e Eduardo Viana Portela Neves
GT 06	Direito Penal e Ativismo Judicial	Rodrigo Moraes de Oliveira e Fabio Roberto D'Avila
GT 07	Para além da Lava Jato: Investigação e persecução penal no âmbito da criminalidade complexa e organizada	Fernanda Prates e Thiago Bottino
GT 08	Processo penal e defesa da liberdade no contexto da pandemia	Ricardo Gueiros Bernardes Dias, Diogo Abineder Ferreira Nolasco Pereira e João Guilherme Gualberto Torres
GT 09	Justiça Criminal por Audiências: a Oralidade no Processo Penal Brasileiro	Danyelle da Silva Galvão e Hélio Peixoto Junior
GT 10	Dados, Privacidade, Investigação Criminal e Prova Penal	Yuri Felix e Rodrigo Oliveira de Camargo
GT 11	Mutações no campo penal no Séc. XXI: entre o punitivismo, a vigilância e dignidade da pessoa humana	Wanda Cappeller, João Pedroso e Laís Gorski
GT 12	Política legislativa e controle de constitucionalidade penal e processual penal	Chiavelli Facenda Falavigno, Vinicius Gomes de Vasconcellos e Raquel Lima Scalcon
GT 13	Mentalidades, Formação e Profissionalização da Atividade Policial	Fernanda Bestetti de Vasconcellos, Marlene Spaniol e Lucas Pilau
GT 14	Migrantes, vulneráveis das fronteiras e necropolítica: como o direito e as políticas públicas podem ser resistência quando a ordem é acabar com os ativismos?	Cristina Leite Lopes Cardoso, Jeane Magalhães Xaud e Anna Carolina da Cunha Pinto
GT 15.1	Justiça Juvenil: Infância e Juventude e os direitos humanos (Seção 1)	Dirceia Moreira, Elisa Stroberg Schultz e Paulo Fernando Pinheiro
GT 15.2	Justiça Juvenil: Infância e Juventude e os direitos humanos (Seção 2)	Jair Silveira Cordeiro, Claudio Daniel de Souza e Daniela Mesquita Leutchuk De Cademartori
GT 16.1	Lei de Drogas, territorializações e controle social: aspectos dogmáticos, processuais e criminológicos (Seção 1)	Pablo Ornelas Rosa e Adrian Barbosa e Silva
GT 16.2	Lei de Drogas, territorializações e controle social: aspectos dogmáticos, processuais e criminológicos (Seção 2)	Marcelo da Silveira Campos e Laura Girardi Hypolito
GT 17	Interfaces entre Direito e Arte	Márcia Letícia Gomes e Rosália Maria Carvalho Mourão
GT 18	Criminologia e administração de políticas penais: entre práticas e teorias	Paula R. Ballesteros e Olga Espinoza M

11º CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS CRIMINAIS

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E
REFORMAS PENAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

GT 19	Crimes sexuais e suas implicações criminológicas na atualidade	Ney Fayet Júnior, Aline Pires de Souza Machado de Castilhos e Roberta Eggert Poll
GT 20	Instituições de Privação de Liberdade: debates contemporâneos	Mariana Chies Santiago Santos e Bruna Gisi
GT 21	O futuro da vítima no processo criminal brasileiro: as contribuições da Psicologia e do Direito	Gláucia Mayara Niedermeyer Orth e Paloma Machado Graf
GT 22	Dinâmicas prisionais na contemporaneidade	Christiane Russomano Freire, Kátia Sento Sé Mello e Rafael Godoi.
GT 23	Pesquisa empírica em ciências criminais	Carolina Costa Ferreira e Marina Balestrin Kobielski
GT 24	Gênero e sistema de justiça criminal	Vanessa Chiari Gonçalves, Mariana Barrêto Nóbrega de Lucena e Laura Gigante Albuquerque
GT 25	Administração institucional de conflitos no âmbito policial e judicial durante a pandemia: rupturas e continuidades	Fernanda Novaes Cruz e Michel Lobo Toledo Lima
GT 26	Justiça e Criminalidade em Perspectiva	Juliana Melo, Carolina Lemos Barreto e Marcus Cardoso
GT 27	Linchamentos, desaparecimento forçado, morte no cárcere e responsabilidade internacional do Estado	Simone Rodrigues Pinto, Priscila Caneparo dos Anjos e Thiago Allisson Cardoso de Jesus
GT 28	Políticas criminais contemporâneas questões persistentes e emergentes	Andressa Paula de Andrade, Luiz Fernando Kazmierczak e Gustavo Noronha de Ávila
GT 29	Narrativas de mulheres sobre crimes e violência	Hermílio Santos e Karina Schuh Reif
GT 30	Criminologia e Novos Autoritarismos	Leandro Ayres França, Leandro Ferreira de Paula e Vanessa Cerezer de Medeiros
GT 31	Populismos e Criminologias	Moyses da Fontoura Pinto Neto, Larissa Urruth Pereira e Marcelli Cipriani
GT 32	Violência de Estado, Segurança Pública e Movimentos Sociais	Fiammetta Bonfigli, Julieta Mira e Federico Lorenc Valcarce
GT 33	Criminologia crítica e mídia: interlocuções na interface entre o Direito e a Comunicação	Breno Inácio da Silva e Ana Paula da Rosa
GT 34	Militarismos, autoritarismos e memória	Diogo Justino e Thayla Fernandes
GT 35.1	Covid19 e execução penal: gramáticas e desafios das prisões no contexto de pandemia (Seção 1)	Thayara Castelo Branco e Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth
GT 35.2	Covid19 e execução penal: gramáticas e desafios das prisões no contexto de pandemia (Seção 2)	Bruno Rotta Almeida, Elaine Pimentel e Patrick Lemos Cacicedo
GT 36	Teoria e prática da justiça restaurativa: em busca de um modelo crítico para a América Latina	Daniel Achutti, Maria Angélica Leal e Gabriel Carlos Fava
GT 37	Direito Processual Penal Contemporâneo	Nereu Giacomolli e Denise Luz



PROPOSTAS DE GRUPOS DE TRABALHO SELECIONADOS

GT 01: Criminologia, saúde e efeitos da pandemia nas prisões.

Ementa: Em diversos momentos da História, o saber médico foi justificante dos procedimentos descriminalização, sendo apontado como delimitador na persecução penal. Nos tempos atuais, diferentes legislações e tratados internacionais asseguram formalmente o direito à saúde a todas as pessoas, inclusive as privadas de liberdade. Com base em uma perspectiva interdisciplinar, discutiremos os vínculos entre Criminologia e Saúde Pública, buscando identificar possíveis caminhos para mitigar as violações de Direitos Humanos vinculadas às condições de detenção, que atingem praticamente toda a região latino-americana e se agravam em função da pandemia. As drásticas consequências do modelo punitivista extrapolam os muros das prisões, com desdobramentos sanitários para além da população privada de liberdade, abrangendo familiares e diversos trabalhadores. Deste modo, o GT objetiva fomentar a apresentação de experiências e trabalhos de pesquisa, que abordem a questão da saúde em ambientes prisionais, manicômios judiciais, ou estabelecimentos de internação para adolescentes, estabelecendo linhas propositivas de atuação e reflexão crítica, considerando os diferentes atores sociais envolvidos.

Palavras-chave: Criminologia, prisões, cárcere, saúde, pandemia.

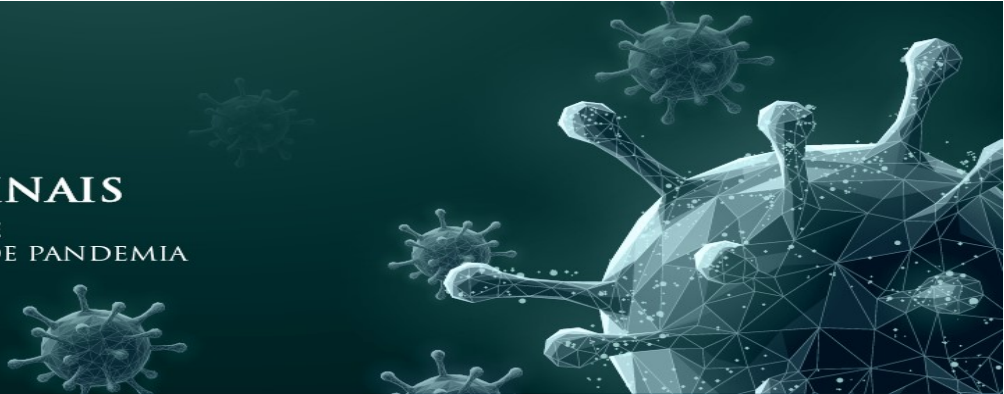
Coordenação: *Eugenio Raúl Zaffaroni, Luciana Simas e Nadia Espina*

GT 02: Justiça Negociada e Direito Premial: novos fundamentos ou novos instrumentos para a justiça penal?

Ementa: Nas últimas décadas, há uma clara expansão de institutos materiais e processuais que oferecem recompensas ao imputado pelo agir positivo (Direito Premial) e que permitem soluções acordadas entre as partes (Justiça Negociada). Como exemplos, é possível citar, de um lado, causas de extinção de punibilidade relacionadas a crimes tributários; de outro, a colaboração premiada, os acordos de não persecução e de leniência etc. Esses mecanismos vêm ganhando mais importância no cenário nacional, como demonstram a expansão legislativa e as frequentes manifestações dos tribunais. São objetivos do GT, em três níveis: (a) no técnico-dogmático, discutir as características, requisitos, aspectos controvertidos e fatores de distinção entre esses institutos, bem como sua aplicação jurisprudencial; (b) no jurídico-filosófico, refletir sobre seus fundamentos penais e processuais; (c) no criminológico, debater seus reflexos na estrutura e funcionamento das agências integrantes do sistema de justiça criminal. A pergunta de fundo é se Direito Premial e Justiça Negocial são novos fundamentos para o Sistema Penal ou novos instrumentos submetidos aos princípios e fins tradicionalmente reconhecidos.

Palavras-chave: sanção premial, colaboração premiada, acordo de não persecução, isenção de pena, consequencialismo.

Coordenação: *Felipe da Costa De-Lorenzi, Frederico Valdez Pereira, Michelle Barbosa de Brito*

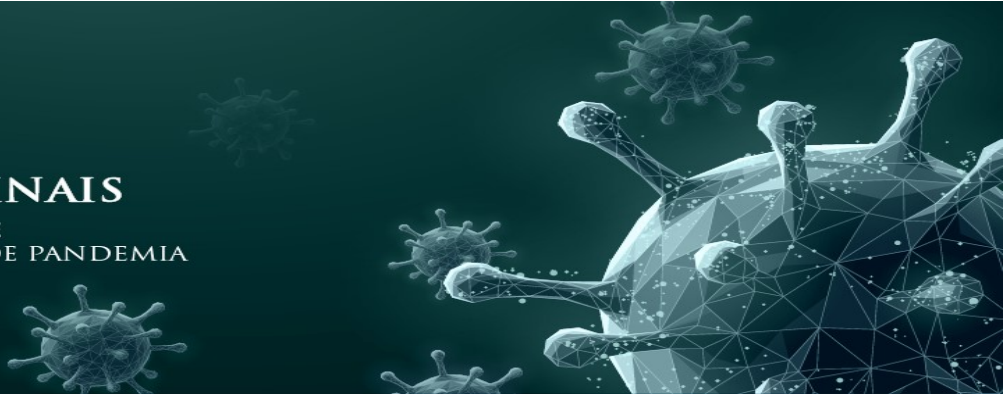


GT 03: Autoritarismo e Sistema Penal.

Ementa: O presente GT tem como temática o autoritarismo no sistema penal e os temas que lhe são afetos. O conteúdo é essencialmente interdisciplinar e possui o enfoque abrangente nas ciências criminais, compreendendo múltiplos campos como (a) o processo penal; (b) a investigação criminal; (c) a execução penal; (d) o direito penal; (e) a criminologia; (f) a política criminal; (g) a segurança pública; (h) a violência, desde que limitada a análise para as continuidades e/ou discontinuidades do autoritarismo em relação ao poder punitivo estatal, preferencialmente na sociedade brasileira. A prioridade da abordagem preza pelo diálogo com diversas áreas do conhecimento, como a história, a filosofia, a sociologia, a antropologia, a economia, a psicologia e a psicanálise, entre outras. O objetivo geral, portanto, é fomentar a produção científica e o debate acadêmico sobre o autoritarismo dentro do sistema penal de forma interdisciplinar. Os objetivos específicos são a investigação e discussão sobre as permanências, as heranças e as transformações do autoritarismo e sua relação com as ciências criminais, ou seja, com o processo penal, a investigação criminal, a execução penal, o direito penal, a criminologia, a política criminal, a segurança pública e a violência em sentido amplo.

Palavras-chave: Autoritarismo, sistema penal, heranças, permanências, transformações.

Coordenação: *Ricardo Jacobsen Gloeckner, Felipe Lazzari da Silveira e Bruno Silveira Rigon*

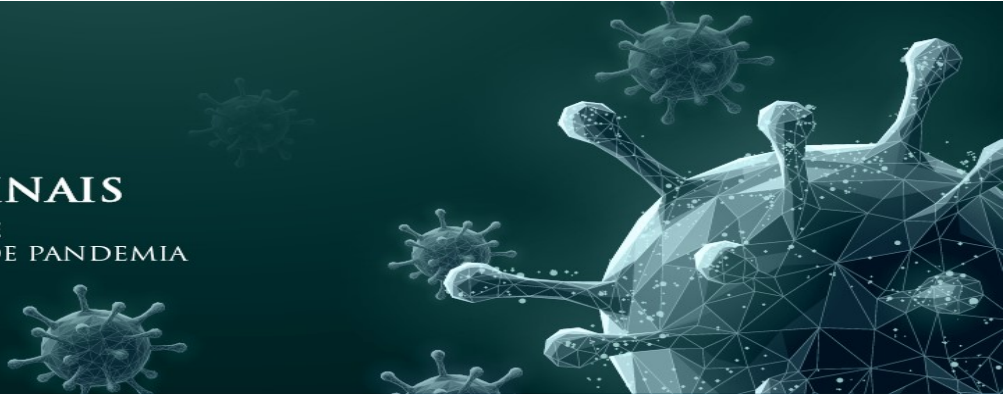


GT 04: Tendências contemporâneas da imputação subjetiva: teoria e prática.

Ementa: Os critérios de imputação subjetiva são objeto de um debate tão perene quanto relevante. O presente GT propõe a discussão acerca dos atuais desafios enfrentados para conferir justiça e segurança jurídica na lida com casos concretos no que diz respeito à imputação subjetiva em novos âmbitos ou fenômenos, como, *v.g.*, a responsabilidade subjetiva em estruturas empresariais. São objetivos do GT propor: (i) o debate acerca da criação e aplicação de novos ou renovados conceitos e teorias pela jurisprudência a respeito da imputação subjetiva, tais como a teoria da cegueira deliberada e as tendências de normatização do dolo, e o que eles podem aportar à teoria do crime, bem como (ii) o debate sobre as novas ou renovadas propostas teóricas, *v.g.*, a doutrina do *dolus indirectus* e a normatização da teoria do erro, e seu potencial resolutivo para os problemas enfrentados pela jurisprudência. Os temas abrangidos vão desde o dolo, aos erros de tipo, de tipo permissivo, de proibição e sobre o curso causal, até a responsabilidade subjetiva em estruturas horizontais e verticais de delegação de tarefas. Será incentivado o recurso ao direito comparado e o diálogo com os precedentes.

Palavras-chave: dolo, erro, cegueira deliberada.

Coordenação: *Wagner Marteleto Filho, Guilherme Francisco Ceolin e Lucas Minorelli Gonçalves*

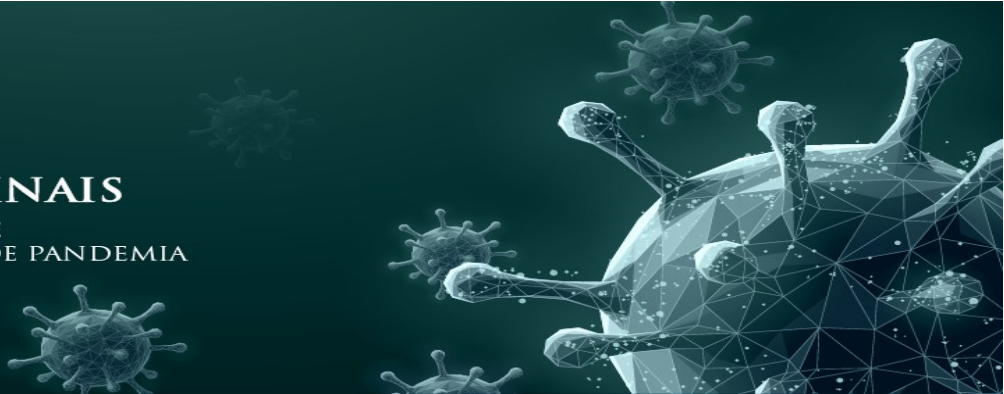


GT 05: Novas Tensões No Conceito de Culpabilidade.

Ementa: A pós-modernidade vem sendo caracterizada pela perda de substância de institutos tradicionais do Direito Penal. Todo este ambiente contribui para que as dimensões da culpabilidade sejam submetidas a novas tensões e incertezas. É preciso, portanto, compreender o que significa culpabilidade, como conceito polissêmico e multidisciplinar, e qual a sua dimensão diante das demandas político-criminais da atualidade. O presente GT se propõe, portanto, a aprofundar o debate sobre algumas questões relevantes à compreensão da culpabilidade, discutindo as relações entre culpabilidade, pena e sanção premial. Diante da ampliação de espaços de justiça penal negociada, é preciso repensar e questionar a vigência do postulado “não há pena sem culpabilidade”. Também, deve-se discutir se o fundamento da imputação pessoal do fato ilícito a pessoas jurídicas pode ser chamado de culpabilidade. O mundo empresarial contemporâneo, sobretudo quando se trata de grandes organizações, é caracterizado por modelos de gestão corporativa em que a unidade de direção e comando vem sendo substituída por novas instâncias e competências decisórias. Nessa linha, a culpabilidade da pessoa jurídica é própria ou tomada de ricochete da responsabilidade da pessoa física? O que significa o conceito de “responsabilidade social” a que refere o STJ sobre culpabilidade? Por fim, o GT propõe-se a debater a relação entre neurociências e culpabilidade, na linha de alguns estudos derivados das neurociências (Prinz, Singer e Roth, por exemplo), que apontam para a possibilidade de comprovar que as decisões humanas procedem de complexos processos neurais inconscientes sobre os quais o “eu” consciente: a) ou não tem poder algum; b) ou tem o mínimo de influência. Isso faz repensar a ideia de liberdade de comportamento, e colocar em xeque a própria categoria da culpabilidade.

Palavras-chave: Culpabilidade, pena, sanção premial, pessoa jurídica, neurociência.

Coordenação: *Sebastião Borges de Albuquerque Mello e Eduardo Viana Portela Neves*

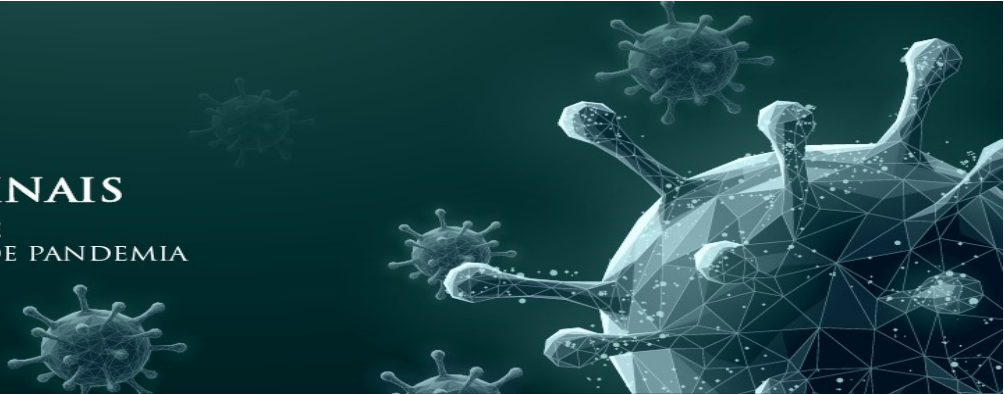


GT 06: Direito Penal e Ativismo Judicial.

Ementa: É parte da realidade jurídica, não apenas no Brasil, o fenômeno conhecido por *ativismo judicial*, em muito gerado por aquilo que alguns denominam de *judicialização da política*. Os ramos eleitos do governo, não raro, incorrem em inércia marcante no que toca a materialização de determinados direitos, a demandar, ou não, modulações normativas, o que tem produzido verdadeira escalada na busca de intercessão do Judiciário. Decisões recentes, sobretudo da Suprema Corte, têm colocado dúvidas importantes sobre seus próprios limites, sobrando acusações de invasão das atribuições constitucionais de outros poderes. Nessa moldura, o GT “Direito Penal e Ativismo Judicial” se abre como ponto de encontro das reflexões sobre os limites constitucionalmente adequados da atuação judicial, em temas caros às teorias gerais da norma penal, do delito e da sanção penal, procurando identificar as características das decisões excessivas e das deficientes, em busca de um modelo de equilíbrio efetivo.

Palavras-chave: direito penal, ativismo judicial, judicialização da política, separação dos poderes, legalidade.

Coordenação: *Rodrigo Moraes de Oliveira e Fabio Roberto D’Avila*



GT 07: Para além da Lava Jato: Investigação e persecução penal no âmbito da criminalidade complexa e organizada.

Ementa: Ao lermos os jornais diariamente, não raro nos deparamos com notícias sobre megaoperações realizadas no âmbito do combate à criminalidade organizada, Operações que, em muitos casos, dão origem a megaprocessos criminais de alta complexidade. Esse novo modelo processual pode ser entendido como uma nova estratégia de controle visando a neutralização das atividades do crime organizado, dando ênfase em investigações longas e complexas que visam prisões massivas. Se, por um lado, este modelo pode trazer um impacto positivo na redução da criminalidade organizada, por outro lado, ele levanta questões importantes em relação à aplicação dos princípios fundamentais da justiça criminal, tanto no âmbito da investigação, quanto do processo penal. O presente grupo de trabalho busca reunir pesquisadores que tenham como objeto as estratégias estatais de enfrentamento à criminalidade complexa, buscando entender suas formas de organização, seus limites, bem como os problemas decorrentes deste novo modelo de justiça criminal. De forma não exaustiva, serão bem-vindos os trabalhos que discutam métodos de investigação e meios de obtenção de prova no âmbito da criminalidade complexa, a atuação de forças-tarefa e grupos especializados do Ministério Público, bem como o funcionamento de varas especializadas do combate ao crime organizado.

Palavras-chave: Criminalidade complexa, crime organizado, investigação criminal, persecução penal.

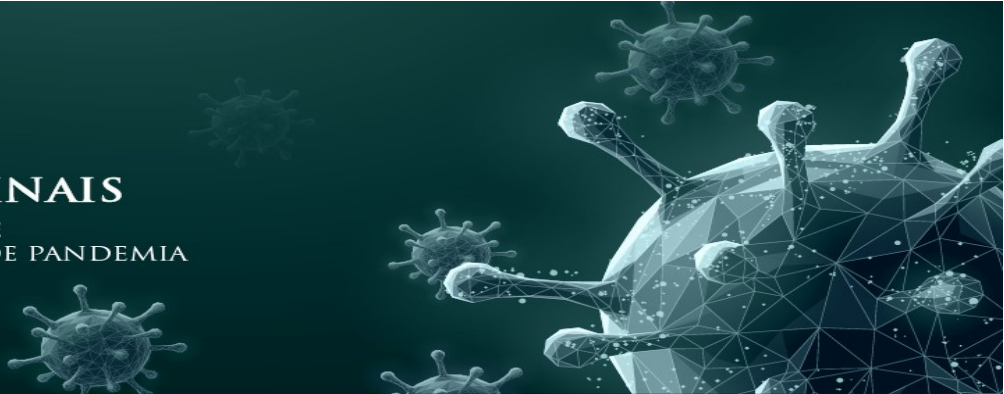
Coordenação: *Fernanda Prates e Thiago Bottino*

GT 08: Processo penal e defesa da liberdade no contexto da pandemia.

Ementa: Sob a égide do Estado Democrático de Direito e pós-Constituição de 88, o processo penal deve ser filtrado constitucionalmente, para cumprir sua função de garantia à pessoa acusada, instrumentalizando direitos fundamentais. A Lei n. 13.964/19 trouxe modificações para o diploma processual, conquanto a inegável contradição entre alguns enunciados. O grupo de trabalho propõe a discussão da implementação das medidas trazidas pela reforma parcial, a exigência de mudança de mentalidade e o questionamento dos pontos inconstitucionais diante da crise de COVID-19, que impôs, repentinamente, pensar o processo penal e as garantias da pessoa acusada, diante da virtualização de audiências de custódia, da decretação de prisão preventiva ante um sistema prisional declarado inconstitucional e alvo maior da ausência de políticas sanitárias efetivas, ampliando a seletividade penal, bem como a mitigação das possibilidades de defesa da liberdade do indivíduo em razão das dificuldades de acesso aos autos e de sustentações orais virtuais. A implementação das diretrizes de prática dos atos virtuais em tempos de COVID-19 não pode resultar em violação ao Modelo Constitucional de Processo.

Palavras-chave: Processo penal, prisões cautelares, COVID-19, atos virtuais.

Coordenação: *Ricardo Gueiros Bernardes Dias, Diogo Abineder Ferreira Nolasco Pereira e João Guilherme Gualberto Torres*

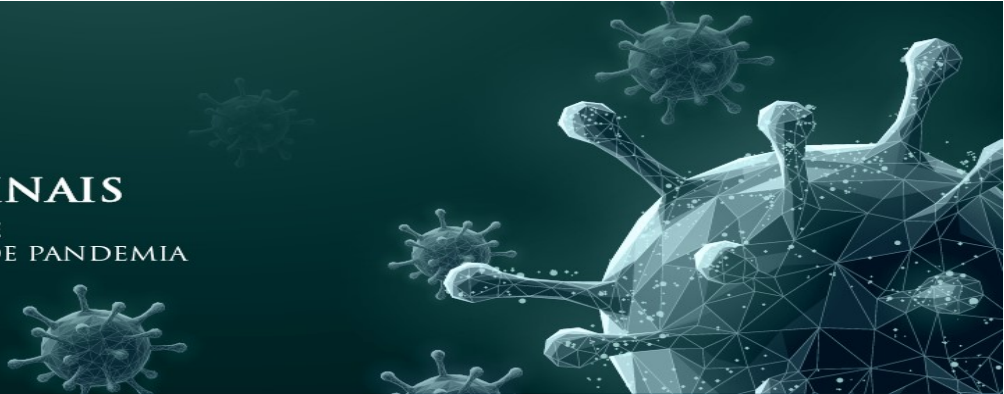


GT 09: Justiça Criminal por Audiências: a Oralidade no Processo Penal Brasileiro.

Ementa: Amplas reformas foram realizadas nos sistemas processuais penais da América Latina enquanto o Brasil resiste, implementando poucas mudanças, esparsas e pontuais, na sistemática do processo penal. Portanto, o objetivo do Grupo de Trabalho é discutir o sistema de justiça criminal com enfoque central nas audiências e no princípio da oralidade, como avanço na constitucionalização do processo penal e na implementação efetiva de um sistema acusatório. Especialmente para ser vista como espaço central de atuação da defesa técnica, de suma importância partir do corpo legislativo atual, do estado da arte da doutrina e jurisprudência para confrontar o “law in the books” com o “law in action” nas audiências criminais em seus variados aspectos. Maiores discussões sobre o tema são necessárias para contestar a própria cultura dos atores do sistema de justiça criminal em privilegiar o formato escrito, mesmo nas poucas oportunidades em que a oralidade é expressamente indicada como regra, bem como para propor modificações ao sistema ora vigente, a fim de avançar na leitura constitucional do processo penal.

Palavras-chave: audiências, oralidade, reforma legislativa, constitucionalização, processo penal.

Coordenação: *Danyelle da Silva Galvão e Hélio Peixoto Junior*



GT 10: Dados, Privacidade, Investigação Criminal e Prova Penal.

Ementa: Os impactos da tecnologia precisam ser refletidos à luz da academia e introduzidos seriamente em seu ambiente. Há uma emergência no debate sobre as alterações sociais produzidas com o advento da tecnologia a partir dos estudos de metamorfose social (Beck; Harari), do redimensionamento do conceito de privacidade (Rodotá; Harari) e da filosofia da tecnologia (Kierkhov; Castells; Harari). Existe um movimento de metamorfose das relações sociais, resultado da aceleração e da nova complexidade decorrente da substituição de uma racionalidade não mais ancorada nas narrativas, mas agora na análise preditiva de dados. Nos próximos anos, perspectiva antecipada pela ocorrência do COVID-19, diversos campos sofrerão os impactos imediatos dessa nova economia, cuja utilização exponencial será realizada como mecanismo de controle social na prevenção e reprovação do delito. Essa perspectiva justifica a proposição do presente Grupo de Estudos, que tem o objetivo de tensionar as garantias constitucionais com os novos regimes de tratamento e compartilhamento de dados para fins utilização no processo penal, notadamente nos regimes da investigação preliminar e da prova penal.

Palavras-chave: privacidade, proteção de dados, processo penal, investigação criminal. prova penal.

Coordenação: *Yuri Felix e Rodrigo Oliveira de Camargo*

GT 11: Mutações no campo penal no Séc. XXI: entre o punitivismo, a vigilância e dignidade da pessoa humana.

Ementa: O Direito, a Justiça, a política pública e as instituições criminais, no século XXI, formam um campo penal com fortes tensões e mutações. Os discursos do medo, da impunidade, da segurança autoritária têm conseguido o “endurecimento” da lei penal, a criminalização, o aumento das condenações e do encarceramento, em regra dos mais pobres e dos “não brancos”. No entanto, no campo penal, também, na generalidade dos Estados, tem sido aprovadas políticas assentes na vigilância eletrônica e no controle social. Ou, ainda, continua um debate humanista que legitima políticas públicas de resposta ao crime assentes na descriminalização, na desjudicialização, na justiça restaurativa e nas medidas alternativas à prisão. Nesse sentido constrói-se um Direito penal e processual penal e uma segurança pública assente na legitimidade democrática. O campo penal não deve substituir as funções da política social de cada Estado. Assim, neste GT pretende-se mapear as recentes tensões e mutações do campo penal, através da análise de diversas experiências no Brasil e A. Latina, da Europa e EUA, de modo a contribuir, no debate acadêmico e público, para um futuro campo penal mais democrático e humano.

Palavras-chave: mutação campo penal, punitivismo, vigilância, criminalização, descriminalização.

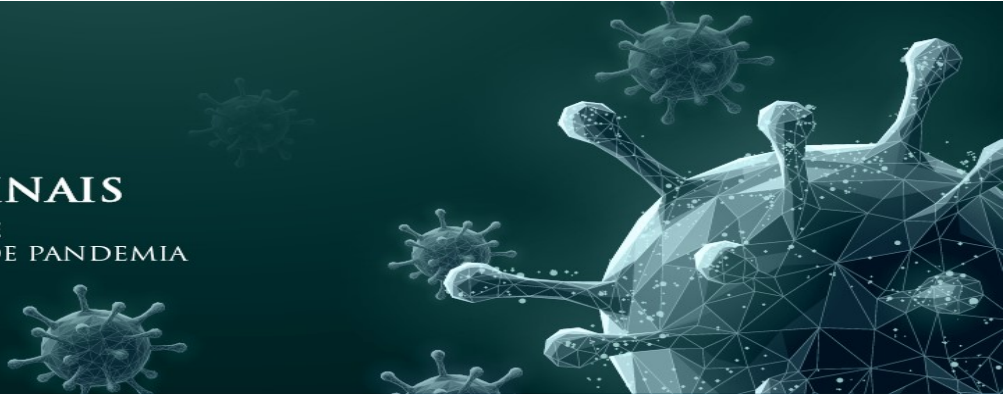
Coordenação: *Wanda Cappeller, João Pedroso e Laís Gorski*

GT 12: Política legislativa e controle de constitucionalidade penal e processual penal.

Ementa: Tendo em vista a importância crescente dos estudos da jurisprudência ou da ciência da legislação, esse GT tem como objetivo reunir trabalhos que estudem propostas de melhoramento da confecção de normas penais e processuais penais, tanto por meio da alteração de fases do processo legislativo (por ex. a partir da introdução de estudos de impacto e pela discussão de suas metodologias de aplicação), como pela reflexão a respeito de novos parâmetros para o controle de constitucionalidade de tais normas (o que pode incluir o questionamento a respeito de aspectos da confecção normativa e de seus impactos sistêmicos). Além de pesquisas teóricas bem estruturadas a partir de problemas concretos, interessa a esse GT também análises críticas de leis e de projetos de leis em matéria penal e processual penal, bem como investigações realizadas nos sites da Câmara e do Senado que analisem tendências em matéria de política legislativa como um braço da política criminal. Estudos empíricos que abordem efeitos prévios e posteriores de novas leis penais e processuais penais brasileiras e estrangeiras, bem como que discutam a metodologia de aferição desses impactos, também fazem parte do objetivo da presente proposta.

Palavras-chave: política legislativa penal, estudos de impacto, controle de constitucionalidade, normas penais, normas processuais penais.

Coordenação: *Chiavelli Fazenda Falavigno, Vinicius Gomes de Vasconcellos e Raquel Lima Scalcon*

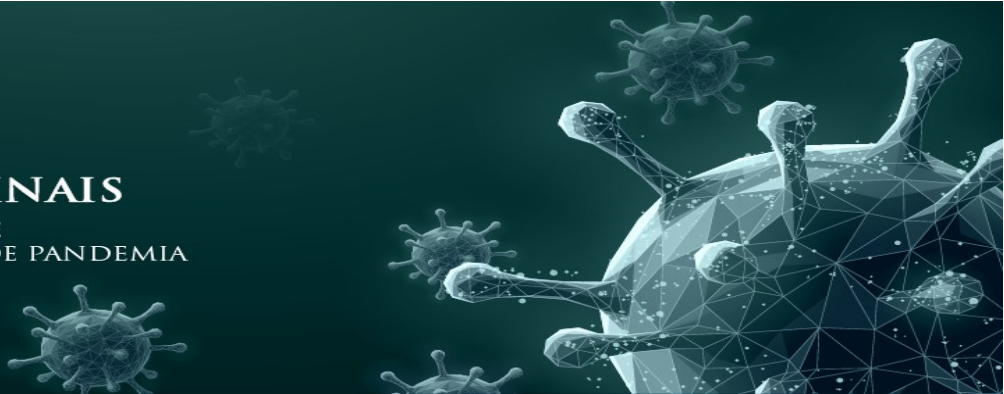


GT 13: Mentalidades, Formação e Profissionalização da Atividade Policial.

Ementa: Entre as instituições que fazem parte do campo da segurança pública e justiça criminal, as polícias no Brasil cumprem um papel central. Se historicamente a reflexão sobre as polícias no Brasil ficou relegada a um segundo plano, diante da maior preocupação com as regras formais e a dinâmica do processo penal, mais recentemente muitos trabalhos têm sido produzidos. De um lado, tem sido discutida a formação dos policiais, tendo em vista a distância entre os currículos dos cursos de formação e o chamado “currículo oculto”, desenvolvido nas relações face a face entre policiais ingressantes e policiais mais antigos, assim como o impacto de variáveis como gênero, tempo de serviço, etc. De outro lado, são problematizadas as mentalidades institucionais das polícias e sua maior ou menor adesão às regras do Estado democrático de direito. Discute-se também a trajetória institucional de autonomização e insulamento dessas instituições. O GT tem por objetivo reunir trabalhos que abordem todas estas questões, assim como o debate sobre a reforma das polícias no Brasil, e as barreiras para o enfrentamento tanto da seletividade e do abuso de poder e violência, quanto da tradição inquisitorial e da submissão da polícia judiciária a ingerências do poder político.

Palavras-chave: formação policial, mentalidades policiais, reforma das polícias, profissionalização.

Coordenação: *Fernanda Bestetti de Vasconcellos, Marlene Spaniol e Lucas Pilau*

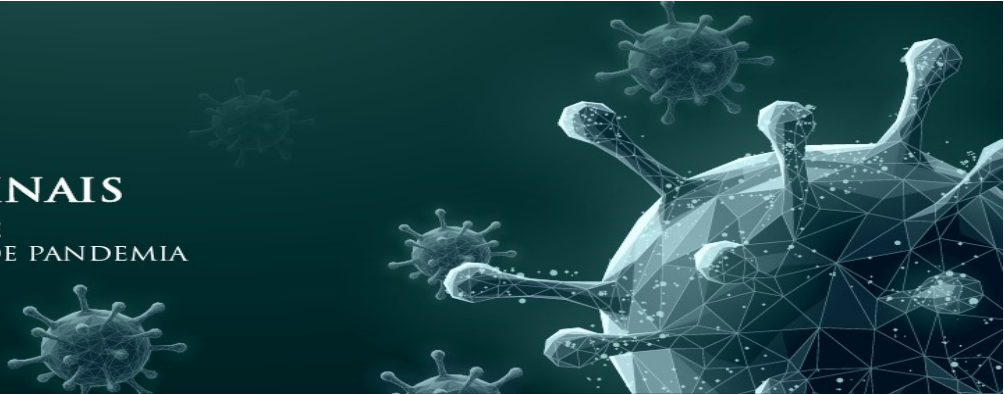


GT 14: Migrantes, vulneráveis das fronteiras e necropolítica: como o direito e as políticas públicas podem ser resistência quando a ordem é acabar com os ativismos?

Ementa: Na qualidade de sexto destino de acolhimento, o Brasil recebe migrantes de distintas origens em todo seu território principalmente considerando suas fronteiras com 10 países. Entretanto, com a crise venezuelana, especialmente o Norte recebe um grande contingente em busca de melhores condições de vida. Não bastasse esse contexto, há toda uma dinâmica de fronteiras experimentada por povos originários, bem como o agravamento da violência, notadamente contra a mulher. Trazer a análise das políticas públicas que envolvem esses grupos tanto através da biopolítica, quanto da necropolítica, especialmente pelo viés decolonial é nossa proposta, sem prejuízo da contribuição de outros autores cujo olhar possa ser compartilhado nessas pesquisas. Desse modo, o presente GT pretende debater a condição desses vulneráveis no Brasil, sejam migrantes fronteiriços ou não, seja em virtude de critérios raciais (incluindo-se indígenas e quilombolas), de gênero, bem como aqueles de origem econômica e propor debates amparados por tais conceitos, abordando também os aspectos constitucionais que envolvem as políticas públicas e verificando como o Direito Penal pode ou não contribuir para a proteção desses vulneráveis.

Palavras-chave: direito, necropolítica, decolonialidade.

Coordenação: *Cristina Leite Lopes Cardoso, Jeane Magalhães Xaud e Anna Carolina da Cunha Pinto*

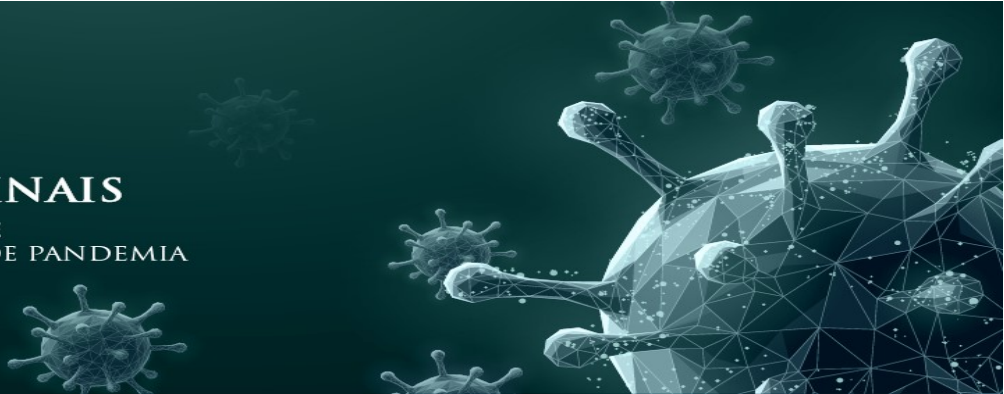


GT 15 – seção 1: Justiça Juvenil: Infância e Juventude e os direitos humanos.

Ementa: A proposta do presente Grupo Temático trata-se de um olhar interdisciplinar para a proteção e garantia de Direitos Fundamentais de Crianças e Adolescentes no Brasil nos dias atuais. No ano que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 30 anos, ainda se observam várias violações de Direitos por quem deveria protegê-los. Trabalhamos com a questão da responsabilidade equitativa prevista no texto constitucional e pelo ECA quanto a família, sociedade, comunidade e principalmente o Estado e a teoria da Culpabilidade. Tais questões são de extrema importância e pertinência dentro das Ciências Criminais pois além da responsabilidade civil, vigora a responsabilidade e ainda a corresponsabilidade criminal pelas ações ou omissões dos atos as crianças e adolescentes. Fora isso, também na criminologia podemos observar diversos olhares para a criminalidade na infância e principalmente suas consequências para o mundo adulto. Fora isso, podemos destacar o agravamento de diversas violações de Direito voltado a Pandemia do COVID 19, onde podemos observar todos os dias com o crescimento de denúncias de violências cometidas contra crianças e adolescentes, ou mesmo suas dificuldades dentro da articulação da rede de proteção. Assim, a sugestão e discutir e dividir experiências, relatos e pesquisas na área da infância de forma interdisciplinar, até pela formação dos propositores, que envolvam questões de proteção, omissão, adolescentes em conflito com a lei, medidas socioeducativas e imposição de medidas socioeducativas.

Palavras-chaves: crianças e adolescentes, questões criminais, violação de direitos, (co)responsabilidade criminal.

Coordenação: *Dirceia Moreira, Elisa Stroberg Schultz e Paulo Fernando Pinheiro*

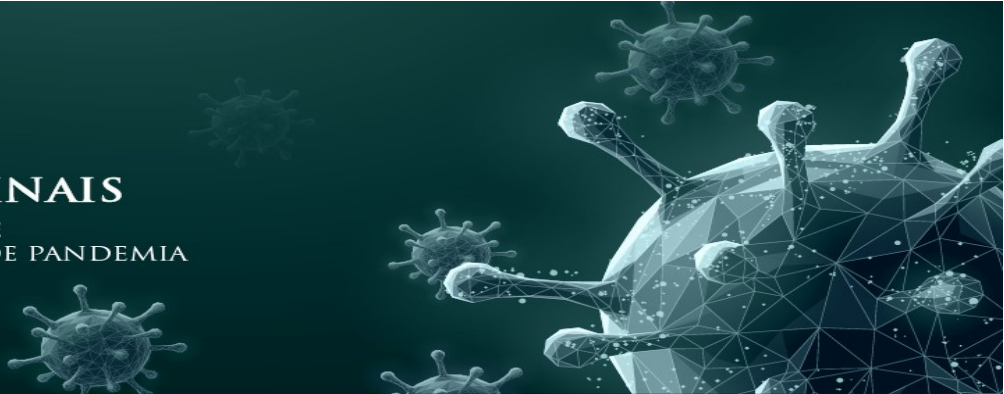


GT 15 – seção 2: Justiça Juvenil: Infância e Juventude e os direitos humanos.

Ementa: O Grupo de Trabalho tem como foco a efetividade dos direitos humanos da infância e da juventude no cenário brasileiro e internacional. A partir de diferentes enfoques científicos e sob o prisma dos direitos humanos, o GT discutirá, entre outras questões, o contexto de vulnerabilidade social, da criminalidade juvenil, da segurança pública e dos atores e das instituições responsáveis pelas políticas públicas destinadas a garantia dos direitos desta população. Pensado como um espaço de diálogo, de estudos e de reflexões em torno de pesquisas teórico-empíricas, dogmáticas, doutrinárias e jurisprudenciais, objetiva-se à conexão de trabalhos e de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, possibilitando trocas de saberes que permitam uma compreensão mais abrangente das questões relativas à violação e à efetivação dos direitos da infância e da juventude na atualidade.

Palavras-chave: direitos humanos, juventude, justiça juvenil.

Coordenação: *Jair Silveira Cordeiro, Claudio Daniel de Souza e Daniela Mesquita Leutchuk De Cademartori*

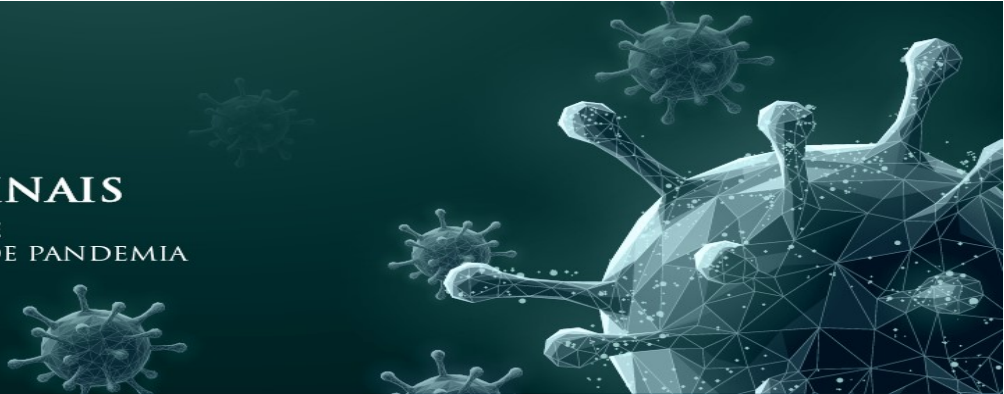


GT 16 - Seção 1: Lei de Drogas, territorializações e controle social: aspectos dogmáticos, processuais e criminológicos.

Ementa: Esse grupo de trabalho busca contemplar pesquisas que versem sobre as políticas de controle sobre as drogas em sua relação com o sistema de justiça criminal e com o campo da saúde pública. Nesse sentido, serão debatidos artigos que tratem de distintas estratégias de prevenção ao seu uso compulsivo, como redução de danos e modelos de abstinência; o uso cultural, ritualístico e religioso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas; perspectivas históricas, antropológicas, sociológicas, geográficas, criminológicas e políticas sobre os processos de produção, comércio e consumo dessas substâncias, dentre outras abordagens. Além disso, esse espaço também procurará debater sobre proibicionismo e antiproibicionismo, regulamentação e legalização, territorializações, encarceramento em massa, criminalização da pobreza e suas intersecções com gênero, raça e classe, facções criminosas e hipermilitarizações no contexto nacional e transnacional da chamada “guerra às drogas”.

Palavras-chave: drogas, culturas, subjetivações, governo, controle social.

Coordenação: *Pablo Ornelas Rosa e Adrian Barbosa e Silva*

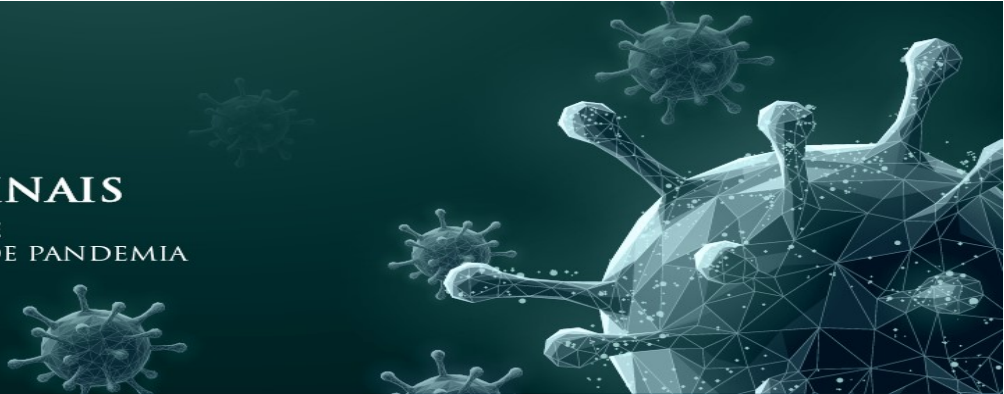


GT 16 - Seção 2: Lei de Drogas, territorializações e controle social: aspectos dogmáticos, processuais e criminológicos.

Ementa: O Grupo de Trabalho pretende analisar e discutir a atual legislação de drogas brasileira a partir de aspectos dogmáticos, processuais e criminológicos. O objetivo é debater pesquisas que abordem a política de criminalização das drogas no Brasil, sobretudo a contar do ano de 2006, quando a Lei 11.343 entrou em vigor e trouxe importantes alterações nas mais diversas dinâmicas da justiça criminal do país. Bem como, propõe abranger estudos que debatam as principais consequências da criminalização da produção, da venda e do consumo das drogas ilícitas, como o aumento dos índices de encarceramento e o papel desempenhado pelos agentes da administração da justiça penal na aplicação da legislação. O Grupo de Trabalho acolhe, ainda, pesquisas que examinem modelos alternativos à perspectiva proibicionista de controle das drogas, como aqueles que propõe a descriminalização do consumo, ou a regulação e legalização dos mercados. Deste modo, busca-se reunir investigações que dialoguem sobre a atual política de drogas e suas complexidades, que vão desde o texto da lei, até sua aplicação antes, durante e depois do processo penal, bem como acerca dos consequentes reflexos no campo social brasileiro.

Palavras-chave: Lei 11343/06, lei de drogas, política criminal de drogas, justiça criminal.

Coordenação: *Marcelo da Silveira Campos e Laura Girardi Hypolito*

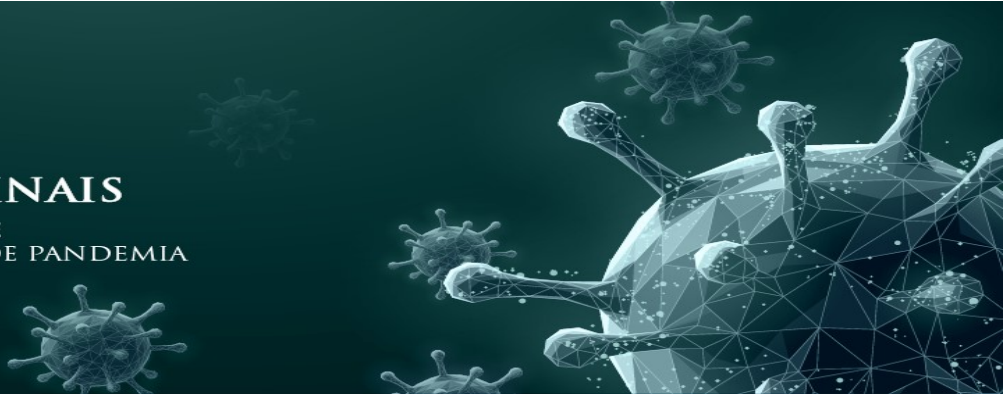


GT 17: Interfaces entre Direito e Arte.

Ementa: Interface entre Direito e Arte acolherá trabalhos que abordem os temas jurídicos de uma forma diferenciada, observando a questão da possibilidade de diálogos entre diversas áreas e em que isso pode contribuir para o conhecimento do fenômeno jurídico. As artes instigam e desenvolvem a capacidade crítica dos pesquisadores, despertam a sensibilidade do apreciador, permitem vivenciar situações nas obras literárias e narrativas fílmicas e desenvolver a empatia com o próximo, possibilitam visões de mundo diferentes das que já são conhecidas. Serão aceitas propostas de trabalhos que abordem a interface entre as Artes e o Direito por meio da análise dos textos literários, filmes, artes plásticas, música abram-se caminhos para discutir temas do âmbito jurídico, tais como pena de morte, leis justas e injustas, o impacto que as leis têm na vida dos cidadãos, a diferença de justiça e vingança, dentre outros; o cinema e as diversas possibilidades de análise de filmes que abordam julgamentos, pena de morte, o instituto do júri, e outros; a música e sua relação com o universo jurídico, tais como: a violência doméstica, as relações jurídicas vivenciadas pelos cidadãos no cotidiano. Busca-se proporcionar um espaço acolhedor com formas de expressão artísticas, como o Cinema, da Literatura, da música, das artes plásticas e em diálogo com a Filosofia, História, Antropologia e áreas afins.

Palavras-chave: direito, literatura, cinema, música.

Coordenação: *Márcia Letícia Gomes e Rosália Maria Carvalho Mourão*

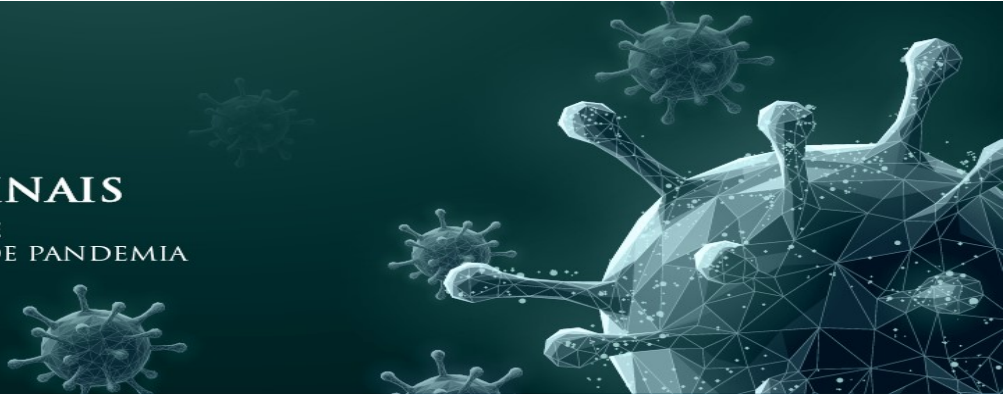


GT 18: Criminologia e administração de políticas penais: entre práticas e teorias.

Ementa: Este grupo de trabalho objetiva promover o debate sobre experiências empíricas e teorias sócio criminológicas referentes à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, políticas judiciárias, políticas penitenciárias, e outras linhas da área penal, enfocando a influência das estruturas socioeconômicas, institucionais, organizacionais, e dos diferentes grupos de poder e atores envolvidos no campo criminal. Debaterá, nesse sentido, distintas perspectivas sobre “modernização”, “democratização”, “efetividade” das políticas penais, bem como a distinção entre discursos e práticas e entre objetivos programados e resultados alcançados. São de especial interesse trabalhos que utilizem métodos diversificados de pesquisa, como abordagens comparativas, estudos de caso, observação participante, entrevistas, grupos focais, *surveyse* afins.

Palavras-chave: Criminologia, políticas penais, discursos, práticas, metodologias

Coordenação: *Paula R. Ballesteros e Olga Espinoza M*

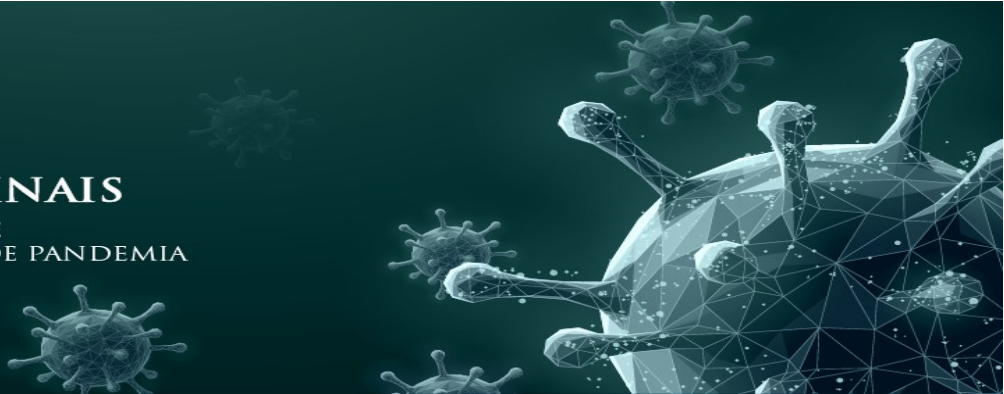


GT 19: Crimes sexuais e suas implicações criminológicas na atualidade.

Ementa: Como campo de saber interdisciplinar, o grupo de trabalho ampara reflexões variadas acerca dos discursos sobre a questão dos delitos sexuais. Para tanto, são dispostos com destaque o pensamento penal, criminológico, psicológico, psiquiátrico e sociológico contemporâneo, suas matrizes históricas, abordando-se as relações do fenômeno criminal sob o ponto de vista dos delitos sexuais em suas múltiplas dimensões, visando uma postura crítica e de conjunto das ciências criminais em seus diversos ramos e para além delas. Ademais, ganha relevo o tema no cenário da Era de Informação, onde delitos como a pedofilia, ocorrem com maior frequência, ganhando, inclusive, a *deepweb*. Não se olvida, ainda, o complexo diálogo transdisciplinar que permite, por exemplo, quanto ao debate sobre tutela de novos bens jurídicos, neurociência, atuais contornos da pornografia de vingança, delineamentos contemporâneos para o freamento da pedofilia, análise sociológica da cultura do estupro, vazamento de dados íntimos, discurso de ódio, novas perspectivas de punibilidade para delitos sexuais, tais como castração química, política criminal de restrição de direitos e distanciamento social – principalmente no contexto atual da sociedade de informação – temas em crescente relevo.

Palavras-chave: crimes sexuais, neurociência, era da informação, política criminal, sociologia.

Coordenação: *Ney Fayet Júnior, Aline Pires de Souza Machado de Castilhos e Roberta Eggert Poll*

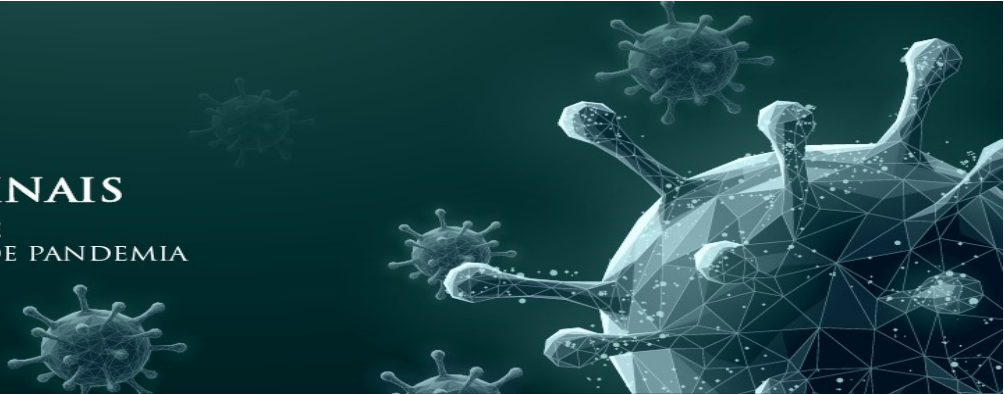


GT 20: Instituições de Privação de Liberdade: debates contemporâneos.

Ementa: O presente Grupo de Trabalho tem por objetivo abarcar discussões contemporâneas sobre as instituições de privação de liberdade. Especifica-se que as instituições de privação de liberdade são entendidas, para fins deste grupo de trabalho temático, como prisões, unidades de internação para adolescentes, hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, além de outras instituições que tenham como chave a privação compulsória da liberdade a partir de uma decisão judicial. Serão selecionados trabalhos que abordem a temática a partir de ferramentas analíticas da criminologia e da sociologia da punição e que apontem os desafios teórico-metodológicos para entender esse objeto de estudo. Serão priorizadas as propostas que apresentem reflexões sobre: (i) marcadores sociais da diferença, notadamente classe, raça e gênero; (ii) a seletividade do sistema de justiça criminal e juvenil; (iii) as demandas punitivistas e as propostas legislativas que visem a retirar direitos da população privada de liberdade e; (iv) o controle externo das instituições de privação de liberdade e os efeitos da pandemia nessas instituições.

Palavras-chave: instituições de privação de liberdade, sistema de justiça, seletividade do sistema de justiça.

Coordenação: *Mariana Chies Santiago Santos e Bruna Gisi*

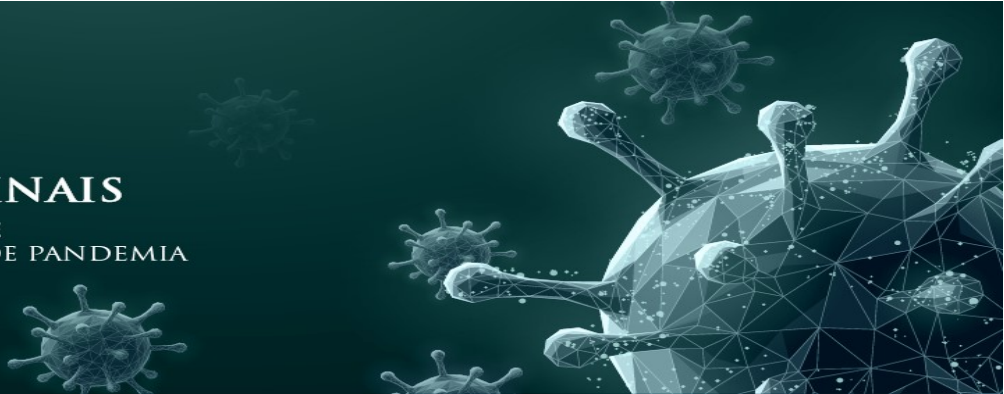


GT 21: O futuro da vítima no processo criminal brasileiro: as contribuições da Psicologia e do Direito.

Ementa: A vítima no sistema de justiça tem sido, historicamente, mera desencadeante do assunto. Em geral, vítimas sentem que o processo de justiça criminal não somente as deixa de fora, como também reinterpreta suas experiências. Crimes representam uma profunda expressão de desrespeito à vítima como pessoa. Quando o sistema de justiça ignora as vítimas - e o faz com frequência - o ciclo de desrespeito é perpetuado. Levando isso em consideração o presente GT objetiva: a) apresentar a trajetória de esquecimento da vítima e o roubo do conflito pelo Estado, quando este passa a ocupar o lugar da vítima e ela é invisibilizada pelo sistema de justiça, b) qual o impacto do crime às vítimas, trazendo as necessidades e demandas de vítimas para o sistema de justiça, c) quais são as jornadas que vítimas percorrem até o que compreendem como sendo justiça. Por fim, a justiça restaurativa é apresentada como paradigma de justiça que apresenta a potencialidade de atendimento às necessidades da vítima. Há um especial interesse em explorar e identificar as boas práticas e os principais desafios para garantir o acesso das vítimas aos serviços propostos de justiça restaurativa nos processos criminais.

Palavras-chave: justiça restaurativa, vítimas, processo criminal.

Coordenação: *GlauCIA Mayara Niedermeyer Orth e Paloma Machado Graf*

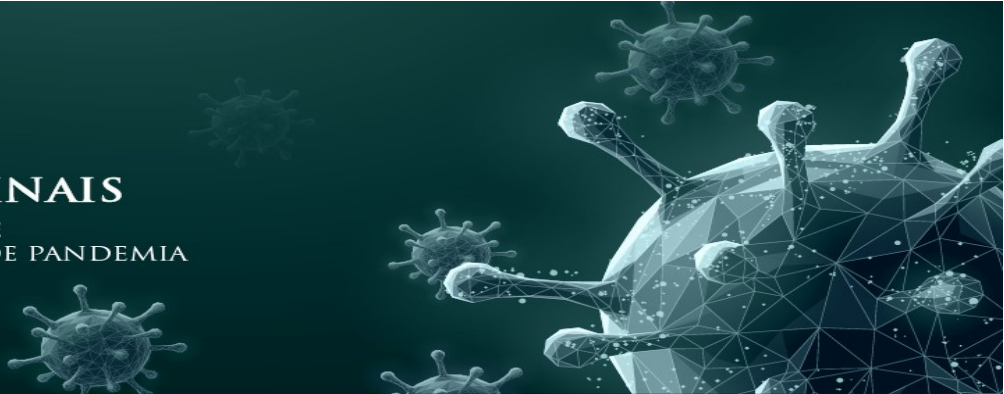


GT 22: Dinâmicas prisionais na contemporaneidade.

Ementa: A importância deste Grupo de Trabalho reside na necessidade de construirmos espaços que possibilitem a apresentação e o debate das produções acadêmicas que abordem as dinâmicas prisionais moduladoras do fenômeno social contemporâneo do encarceramento em massa, tanto do ponto de vista de suas dimensões externas, tais como a atuação dos atores que integram o Sistema de Justiça Criminal, o crescimento da criminalidade violenta, o recrudescimento das formas de controle social, as produções normativas aderentes ao “populismo punitivo” e as narrativas morais; como do ponto de vista de suas dimensões internas, como o perfil sociodemográfico dos sujeitos encarcerados, os marcadores sociais etários, de raça e gênero, restrição paulatina dos direitos executórios, as rotinas de violação de direitos humanos, as singularidades que envolvem o aprisionamento feminino e de outros grupos sociais minoritários (LGBTs, Trans, estrangeiros, indígenas), o surgimento dos coletivos criminais e, as diferentes formas de gestão prisional que estão surgindo (co-gestão, parcerias público-privadas e APACs). O diálogo entre o mundo acadêmico e a sociedade civil acerca do fenômeno do encarceramento em massa poderá possibilitar a construção de alternativas voltadas a redução e, num futuro, a extinção das formas punitivas de resolução dos conflitos sociais.

Palavras-chave: encarceramento em massa, populismo punitivo, fluxos em cadeia, representações sociais da punição, aprisionamento feminino.

Coordenação: *Christiane Russomano Freire, Kátia Sento Sé Mello e Rafael Godoi.*

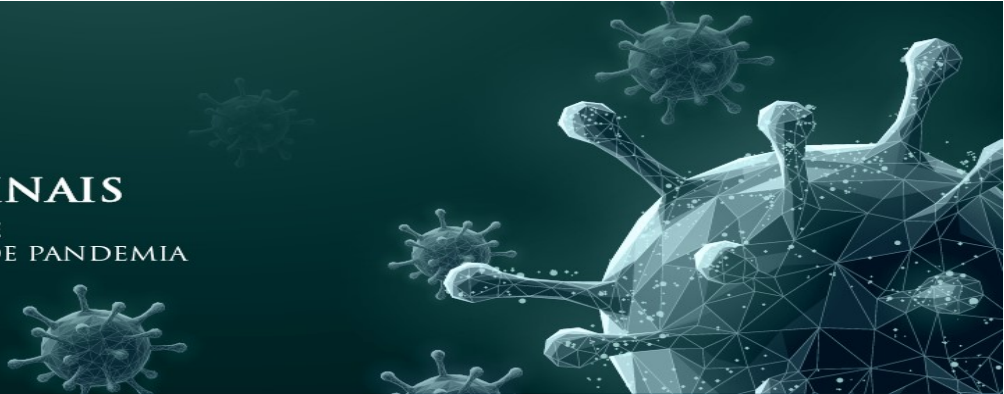


GT 23: Pesquisa empírica em ciências criminais.

Ementa: A pesquisa empírica no campo das ciências criminais tem se tornado cada vez mais relevante e necessária. Se por um lado as ciências sociais possuem, historicamente, a pesquisa de campo como base da análise de realidades sociais, o Direito, por muito tempo, não se colocou nessa posição. Entretanto, compreender a *práxis* jurídica por meio de pesquisas empíricas, seja por análises de decisões judiciais, estudo de casos específicos, movimentos relevantes da jurisprudência, etnografias, entre outras possibilidades de pesquisa, parece ser um caminho importante para o campo jurídico acadêmico. Nesse sentido, o estudo de decisões judiciais aparece como um interessante meio de se fazer pesquisa nas ciências criminais, trazendo a possibilidade de análises partindo de diferentes perspectivas como o esquadramento de padrões de decisões, o estudo das mentalidades dos atores jurídicos, a análise dos discursos proferidos pelos julgadores, o funcionamento das instituições e mais. O debate proposto no presente GT tem por objetivo o diálogo entre pesquisadoras(es) que se debruçam no estudo do sistema de justiça criminal, pensando nos mais diversos percursos da pesquisa empírica com decisões judiciais e seus impactos no sistema de justiça criminal.

Palavras-chave: decisões judiciais, pesquisa empírica, sistema de justiça criminal.

Coordenação: *Carolina Costa Ferreira, Marina Balestrini Kobielsk*



GT 24: Gênero e sistema de justiça criminal.

Ementa: Fenômenos sociais como o crime, a criminalidade, o processo penal e as práticas do sistema de justiça têm sido historicamente analisados por um olhar universalista e totalizante. Nas últimas décadas, ganharam destaque pesquisas que se propõem a evidenciar as desigualdades de gênero no campo das Ciências Criminais. Partindo da perspectiva de que o poder é desigualmente distribuído na sociedade, o presente Grupo de Trabalho pretende promover um amplo debate sobre como as relações de gênero – em suas intersecções com raça, classe e sexualidade – estão imbricadas no sistema de justiça criminal, perpassando suas práticas e discursos. Nesse contexto, o GT buscará reunir pesquisas concluídas ou em andamento que objetivem colocar a categoria de gênero em perspectiva no estudo dos mais diversos temas relacionados ao crime: violências e vulnerabilidades de gênero, masculinidades, encarceramento de mulheres, direitos reprodutivos, violência contra a população LGBTQI+, práticas e discursos sexistas no âmbito do processo penal, perfil dos atores do sistema de justiça, entre tantos outros temas passíveis de discussão, seja na Criminologia, no Direito Penal ou no Processo Penal.

Palavras-chave: gênero, violência, direito penal, processo penal, sistema de justiça criminal.

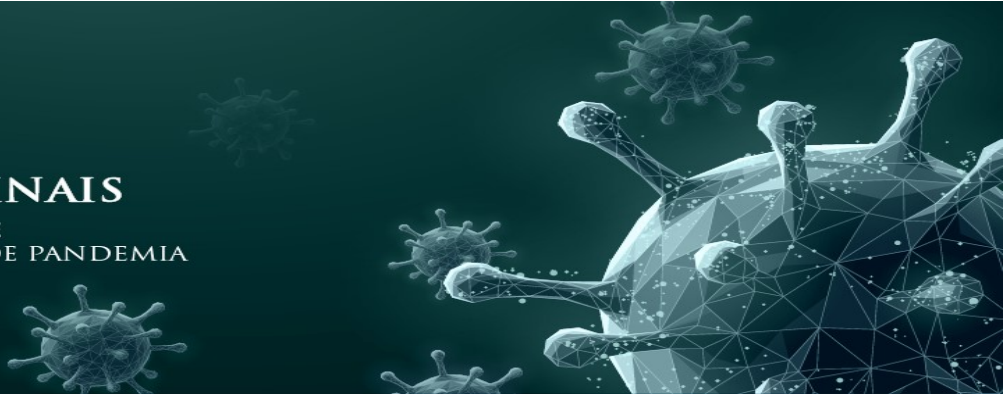
Coordenação: *Vanessa Chiari Gonçalves, Mariana Barrêto Nóbrega de Lucena e Laura Gigante Albuquerque*

GT 25: Administração institucional de conflitos no âmbito policial e judicial durante a pandemia: rupturas e continuidades.

Ementa: A atual pandemia do COVID-19 e a consequente demanda por isolamento social gerou alterações significativas no desempenho do trabalho de diversos setores da sociedade, entre eles os sistemas de Segurança Pública e Justiça Criminal. Ao mesmo tempo, vivenciamos a continuidade de uma série de ações e práticas desses agentes no Brasil, tais como: violência produzida nas e pelas instituições responsáveis pelo seu controle, a imprevisibilidade das decisões judiciais, a sujeição criminal e civil, e a falta de transparência e confiabilidade dos registros oficiais sobre mortes, sejam violentas ou não. Neste Grupo de Trabalho centraremos atenção nas possíveis rupturas, mudanças e continuidades nas práticas das instituições policiais e judiciais responsáveis pela administração institucional de conflitos e crimes na conjuntura do combate à pandemia. Buscamos contribuições oriundas de pesquisas qualitativas e quantitativas que coloquem sob descrição e analisem o funcionamento dessas instituições neste contexto. Considerando os desafios de realizar certas modalidades de pesquisa em tempos de isolamento social, também estimulamos o envio de trabalhos que usem fontes ou métodos inovadores no campo.

Palavras-chave: segurança pública, COVID-19, instituições policiais, instituições judiciais.

Coordenação: *Fernanda Novaes Cruz, Michel Lobo Toledo Lima*



GT 26: Justiça e Criminalidade em Perspectiva.

Ementa: O GT busca promover a articulação de pesquisas que abordem o tema da justiça, criminalidade e as formas de controle que operam sobre ela. O objetivo é estimular a discussão em torno de três eixos. O primeiro diz respeito às estratégias, reflexões e manifestações acionadas por aqueles que praticam ou praticaram atividades ilícitas ou ilegais. O segundo pretende reunir trabalhos voltados aos mecanismos de controle dessas práticas, seja em suas formas institucionais (tribunais, prisões, políticas de segurança), seja em práticas não institucionalizadas. O terceiro tem como foco o encontro entre os praticantes de atividades ilícitas ou ilegais e os mecanismos de controle da criminalidade, com atenção às variações e à dupla incitação que esse encontro produz. Privilegiaremos trabalhos resultantes de pesquisa de campo e que considerem o ponto de vista dos interlocutores, bem como buscaremos contribuir para a reflexão acerca dos dilemas éticos, morais e políticos envolvidos no campo.

Palavras-chave: justiça; criminalidade; ilegalismos; pesquisa de campo.

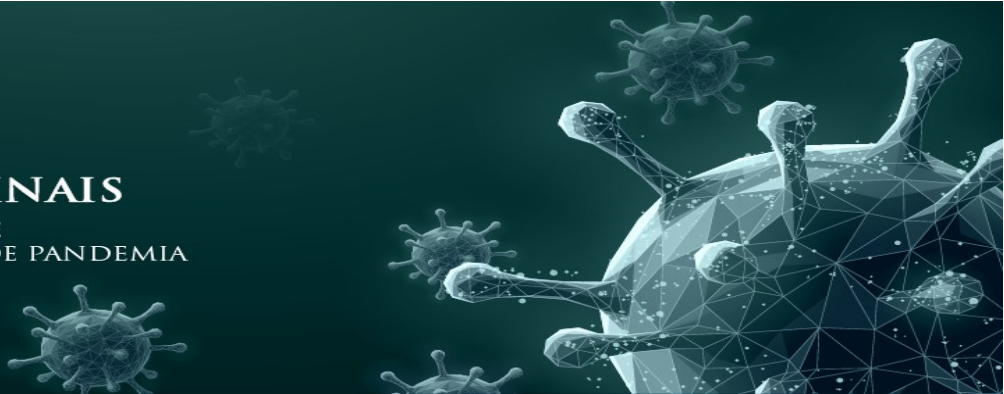
Coordenação: *Juliana Melo, Carolina Lemos Barreto e Marcus Cardoso*

GT 27: Linchamentos, desaparecimento forçado, morte no cárcere e responsabilidade internacional do Estado.

Ementa: Em perspectiva interdisciplinar, o GT objetiva sistematizar pesquisas e publicizar conhecimento científico produzido nas áreas dos fundamentos culturais, políticos, sociológicos, antropológicos e psicológicos da vingança privada e dos linchamentos, físicos e virtuais, bem como o seu trato político-criminal, a invisibilidade do fenômeno em relação a mulheres, comunidade LGBTQIA+ e casos ocorridos na tensão campo/cidade e as consequências sociais múltiplas decorrentes dessas práticas; necropolítica, mortos e desaparecidos no sistema carcerário de custódia do Estado; desaparecimento forçado; direito à memória, à verdade e a reparação dos danos; status legal e político dos restos humanos e a lei dos mortos; crimes internacionais (genocídio e crime contra a humanidade) e suas repercussões no cenário nacional e internacional; práticas genocidas contra grupos vulneráveis; crimes transnacionais; responsabilização estatal (Sistema Interamericano) e governamental (Tribunal Penal Internacional) por violação a direitos humanos; percepções sociais sobre tais questões; tratamento dado a crimes em massa, em perspectiva comparada, em governos democráticos ou autoritários; fenômenos complexos, nacionais e/ou regionais, pertinentes e correlatos a esse ementário, que retratem políticas criminais de omissão e/ou de inefetividade de direitos no contexto brasileiro.

Palavras-chave: linchamentos, desaparecimento forçado, morte no cárcere, responsabilidade internacional estatal, fenômenos regionais e locais.

Coordenação: *Simone Rodrigues Pinto, Priscila Caneparo dos Anjos e Thiago Allisson Cardoso de Jesus*

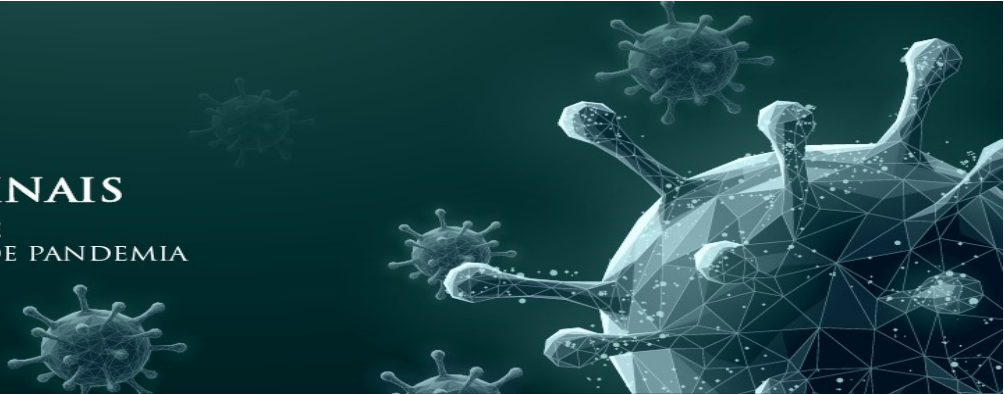


GT 28: Políticas criminais contemporâneas questões persistentes e emergentes.

Ementa: É crescente o autoritarismo penal do sistema criminal tanto do ponto de vista legislativo, persecutório e dos agentes de segurança pública que revelam um verdadeiro sistema punitivo voltado para o gerenciamento dos indesejáveis. Seja pela *lege ferenda* que aumenta as incriminações penais subvertendo o princípio da *ultimaratio legis* ou o recrudescimento das penas, redução de garantias processuais e o endurecimento da execução penal. Ademais, os episódios de violência policial denunciam um Estado que faz com êxito a gestão dos indesejáveis e inimigos de ocasião. Igualmente, com as fissuras democráticas e o agigantamento dos discursos autoritários, verifica-se uma verdadeira tentativa de se sequestrar os movimentos sociais, marginalizando-os e criminalizando-os. Portanto, o grupo pretende trabalhar temas afetos à dogmática jurídico-penal, teorias da pena, execução penal e as novas legislações na área. Ainda, permite discutir temas referente ao terrorismo, a reforma provocada pelo pacote *anticrime*, a criminalização de movimentos sociais, o Direito Penal do Inimigo, violência estatal, criminalização das drogas, novas tecnologias e controle social, etc.

Palavras-chave: autoritarismo penal, violência estatal, política criminal, criminalização dos movimentos sociais, punitivismo.

Coordenação: *Andressa Paula de Andrade, Luiz Fernando Kazmierczak e Gustavo Noronha de Ávila*

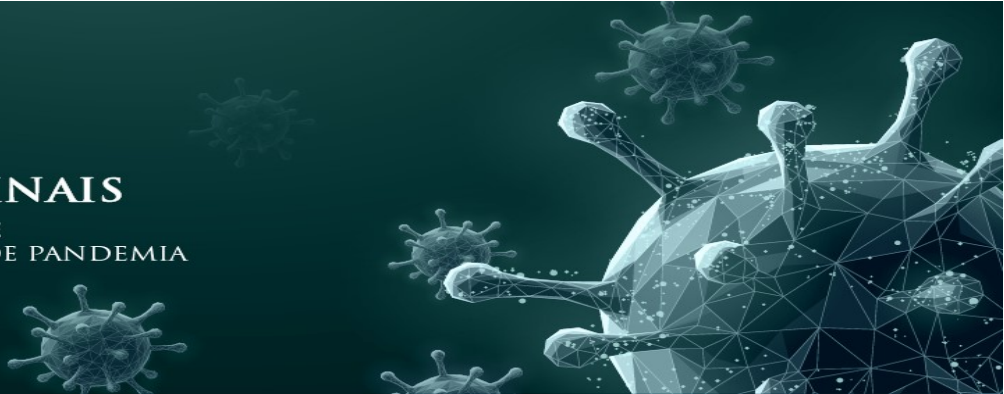


GT 29: Narrativas de mulheres sobre crimes e violência.

Ementa: A participação das mulheres em atos criminosos e/ou violentos tem ganhado cada vez mais evidência em trabalhos acadêmicos de diferentes disciplinas com abordagens quantitativas e qualitativas, as quais trazem informações valiosas sobre esse campo. Assumindo a narração da história de vida como ferramenta para compreender as experiências e motivações dos indivíduos, este GT se propõe a receber trabalhos de pesquisadores que estudam o fenômeno da criminalidade feminina, utilizando entrevistas com mulheres autoras de atos de violência ou crimes. São bem-vindas contribuições empíricas de diferentes áreas do conhecimento a respeito do tema, com o uso de algum método narrativo. Discussões sobre o acesso aos pesquisados, dificuldades de inserção no campo, interpretação e análise de narrações serão muito bem recebidos. O debate também pode contar com temas trazidos pelas próprias entrevistadas, como maternidade, poder, vitimização, prisão e muitos outros.

Palavras-chave: mulher, crime, violência, narrativas.

Coordenação: *Hermílio Santos e Karina Schuh Reif*

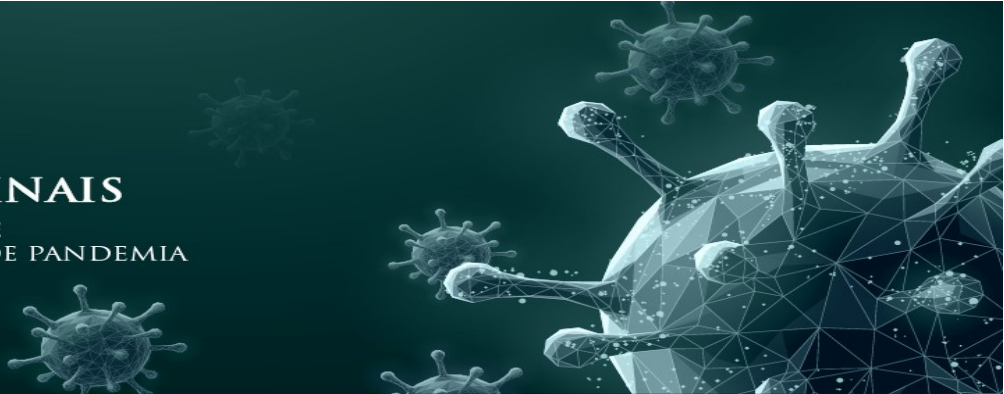


GT 30: Criminologia e Novos Autoritarismos.

Ementa: Novos autoritarismos estão em marcha. As recentes experiências de muitos países têm demonstrado que as democracias, consolidadas e novas, estavam mal equipadas para evitar a emergência de políticas e grupos autoritários. Mesmo que reconhecidas peculiaridades regionais, identificam-se denominadores comuns: instalação de governos compostos por indivíduos que demonstram lealdade ideológica e despreparo técnico; enfrentamento a, e desmonte das, instituições que sustentam o pluralismo político e protegem os interesses sociais; restrição de direitos individuais e coletivos; fortalecimento do Estado penal; fomento da truculência policial; hostilização de imigrantes; apologia ao racismo; ostracização de atos de resistência; manipulação da opinião pública através de declarações infundadas (*fake news*) ou de mecanismos tecnológicos que disseminam a desinformação; enfrentamento à imprensa; desvalorização da ciência; descaso com o meio ambiente; negacionismos diversos. Diante disso, o presente GT pretende abrir espaço para estudos que, de distintas maneiras, se utilizem da criminologia na análise desse fenômeno e, dentro do possível, sugiram formas de seu enfrentamento.

Palavras-chave: criminologia, autoritarismo, democracia, Estado penal, violência.

Coordenação: *Leandro Ayres França, Leandro Ferreira de Paula e Vanessa Cerezer de Medeiros*

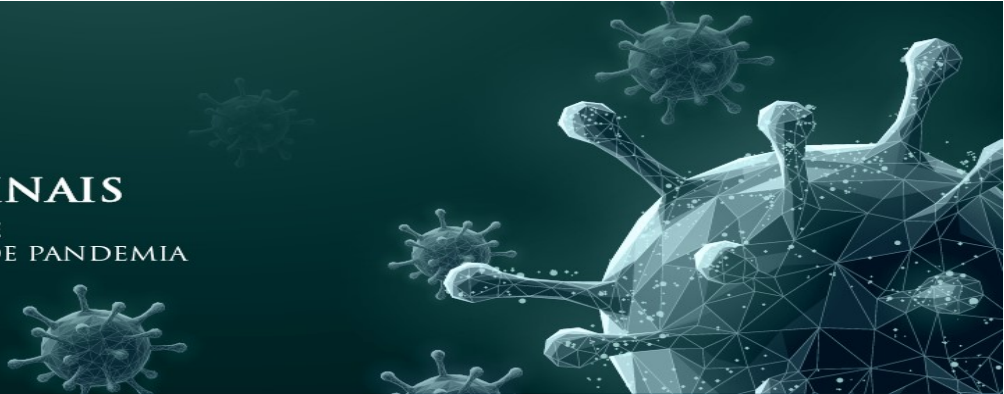


GT 31: Populismos e Criminologias.

Ementa: O presente GT tem por temática as imbricações entre populismo e criminologia. Na última década, lideranças populistas se consolidaram em inúmeras sociedades ocidentais. Apesar de guardarem particularidades, esses neopopulismos aderem a um *backlash* cultural costurado em torno de políticas do medo— em geral sendo acompanhadas de traços reacionários, regressivos e autoritários. Para além da relevância do neoliberalismo econômico e do neoconservadorismo aos populismos contemporâneos, a instrumentalização de temas morais e associados ao discurso da lei e da ordem tem sido fundamental para o seu sucesso em forjar um arranjo cultural e político com alcance na moralidade popular e na consciência de senso comum. Nesse sentido, práticas populistas punitivas têm sido relevantes ferramentas discursivas à ação programática das atuais lideranças, sejam elas articuladas em torno de temas como a violência urbana, o terrorismo, a corrupção, dentre outras. Assim, o objetivo deste GT é fomentar o debate sobre relações entre o populismo do ponto de vista político e criminológico, atentando-se à centralidade dos discursos punitivos em um cenário de expansão das diversas manifestações dos populismos.

Palavras-chave: populismo, ascensão punitiva, populismo punitivo.

Coordenação: *Moyses da Fontoura Pinto Neto, Larissa Urruth Pereira e Marcelli Cipriani*

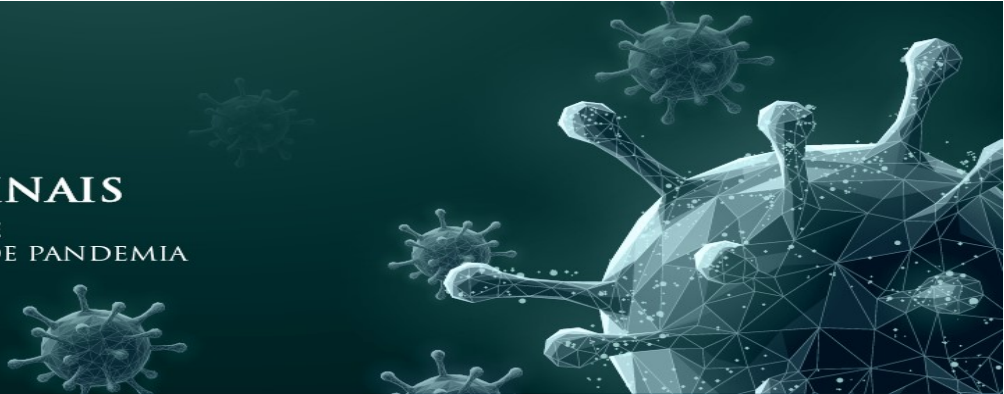


GT 32: Violência de Estado, Segurança Pública e Movimentos Sociais.

Ementa: O grupo de Pesquisa em violência de estado, segurança pública e movimentos sociais tem como proposta reunir os trabalhos de pesquisa focados em: 1) o Debate sociológico e criminológico sobre crimes de Estado; 2) Particular atenção à atuação das forças de segurança pública no contexto urbano ; 3) as formas da violência do estado no Brasil e no contexto latino-americano, em nome da segurança pública e urbana e como isso afeta os movimentos sociais; 4) a criminalização dos movimentos sociais através de reformas legislativas (a legislação antiterrorismo entre outras) e/ou propostas de reforma; 5) violência do estado em tempos de pandemia e atuação dos movimentos sociais. Se privilegiam propostas produto de pesquisa empírica, recentes e atualizadas no marco teórico. Dada a composição internacional na coordenação do GP, são particularmente interessantes estudos sobre diferentes países da América Latina e com um olhar comparativo e internacional.

Palavras-chave: violência de estado, segurança pública, movimentos sociais, América Latina.

Coordenação: *Fiammetta Bonfigli, Julieta Mira e Federico Lorenc Valcarce*

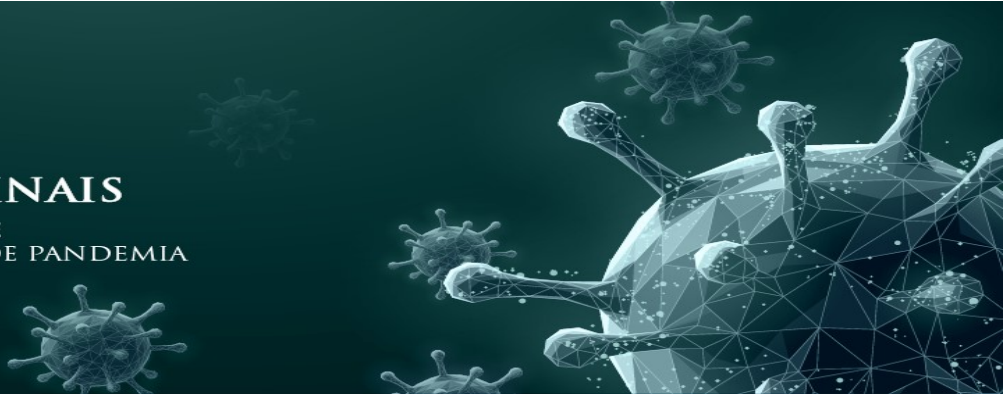


GT 33: Criminologia crítica e mídia: interlocuções na interface entre o Direito e a Comunicação.

Ementa: O GT “Criminologia crítica e mídia: interlocuções na interface entre o Direito e a Comunicação” se propõe a investigar fenômenos das ciências Criminais, especialmente da Criminologia Crítica, tais como o criminoso e a sua construção social, a violência contra minorias e críticas às políticas de segurança pública e os direitos humanos, a partir de uma realidade em que os elementos do campo jurídico sofrem atravessamentos pelo campo comunicacional, numa relação de discursividade. O GT busca tensionar as relações entre o campo jurídico e o campo comunicacional na construção e circulação de sentidos dos objetos jurídicos da criminologia, que ao fim constituirão o imaginário coletivo. Com esse paradigma investigativo o GT está aberto a discussões sobre: 1 – A midiática das violências contra minorias; 2 – A construção do estigma do criminoso e as interações midiáticas na circulação de sentidos; 3 – Políticas de segurança pública no Brasil, sistema prisional e a relação com o imaginário sobre o crime; - 4 Direitos Humanos e a atuação midiática na circulação de informações e sentidos em tempos de pandemia de COVID-19.

Palavras-chave: criminologia, midiática, violências, direito, comunicação.

Coordenação: *Breno Inácio da Silva e Ana Paula da Rosa*

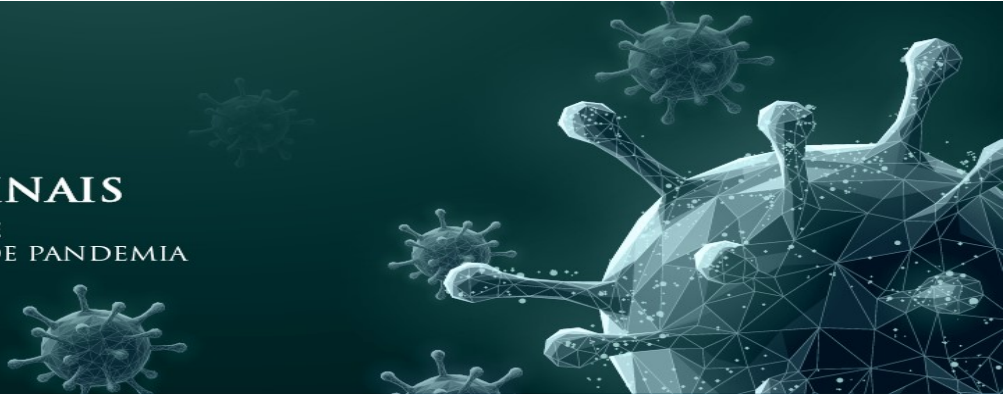


GT 34: Militarismos, autoritarismos e memória.

Ementa: Buscamos neste GT reunir pesquisas que pensem militarismos e processos de militarização da política e da segurança, sobretudo nos termos de suas rupturas e permanências históricas autoritárias e da atualização das injustiças. São bem-vindas propostas que reflitam sobre fascismo, exceção, autoritarismo e guerra; que pensem a constituição e organização das forças armadas e de segurança; que se debrucem sobre documentos e legislações amparadoras explicitando seu sentido e aplicação; que observem relações entre estas forças e populações marginalizadas e movimentos sociais; que pensem operações de pacificação e operações de garantia de lei e ordem; que pensem estratégias repressivas, discursos, ideologias e autoridades legitimantes, bem como a questão da responsabilização destas autoridades; que construam comparações entre as experiências nos estados brasileiros e, também, no sul-global. São discussões relevantes e atuais dado o espraiamento das experiências de militarização, a acentuação dos conflitos e desafios a eles referentes, os revisionismos históricos em jogo no cenário brasileiro contemporâneo e a necessidade de refinar o debate e a produção acadêmica sobre estes temas.

Palavras-chave: autoritarismo, militarização, neofascismos, ditadura.

Coordenação: *Diogo Justino e Thayla Fernandes*

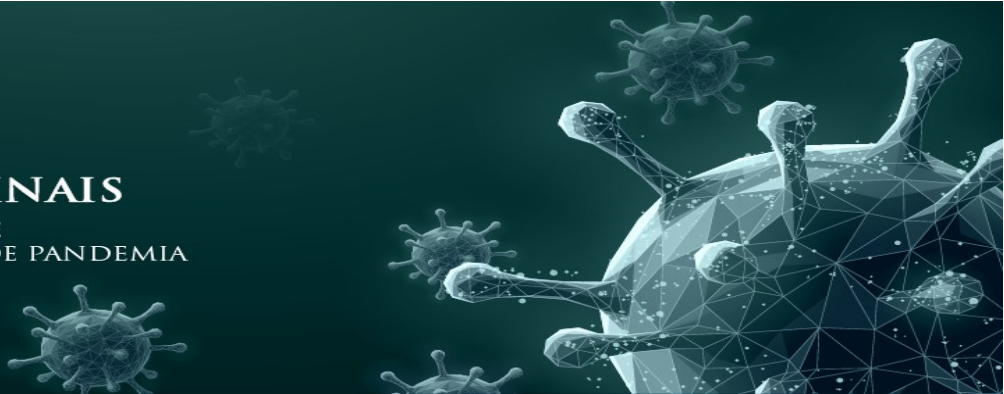


GT 35 - seção 1: Covid19 e execução penal: gramáticas e desafios das prisões no contexto de pandemia.

Ementa: O contexto da pandemia do COVID-19 evidenciou os problemas centrais, as exclusões e as dissonâncias no Sistema de Justiça Criminal brasileiro. Diante disso, com mais de 70 mortes (DEPEN 2020) e mais de 11.000 contaminados no sistema prisional em quatro meses de pandemia, torna-se urgente e de fundamental importância fomentar os diálogos críticos multidisciplinares que permeiam as questões de violências e ataque aos direitos humanos no âmbito da execução penal. Essa é a proposta deste GT, que visa à discussão, dentre outros temas, dos seguintes eixos: a)Saúde Prisional em contexto de Pandemia; b) Direitos Humanos e sistema prisional; c) Dispositivos punitivos expansionistas, novas tecnologias de controle social e fenômenos regionais; d) Racismos e Sistema de Justiça Criminal; e) O estado de coisas inconstitucional e a execução penal; f) Sistema prisional, gênero e grupos vulneráveis (mulheres, população LGBTQI+, índios, pessoas em sofrimento psíquico, etc); g) Execução penal juvenil; h) Necropolítica e sistema de execução penal no Brasil.

Palavras-chave: execução penal, direitos humanos, pandemia, saúde prisional.

Coordenação: *Thayara Castelo Branco e Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth*

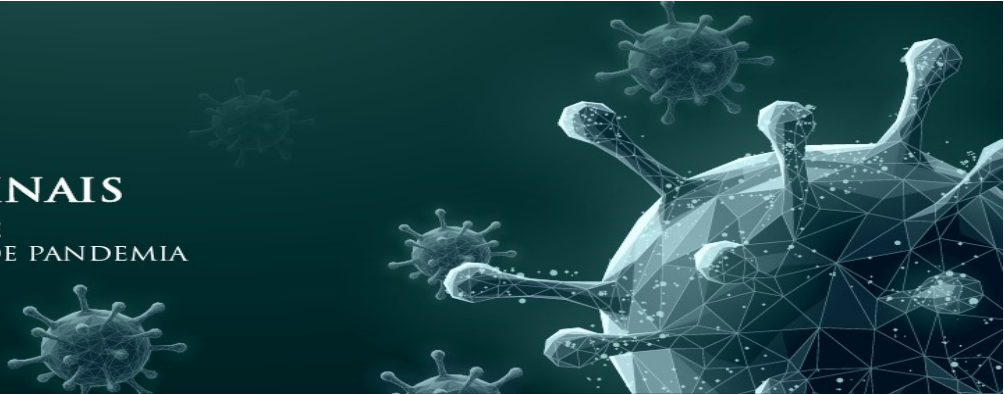


GT 35 - seção 2: Covid19 e execução penal: gramáticas e desafios das prisões no contexto de pandemia.

Ementa: A conjuntura atual, diante do coronavírus, demonstra, no Brasil – e também em outros países –, um contexto prisional desumano. Os altos índices de contaminação e de mortes nas prisões escancaram uma degradação estrutural existente há muito tempo. As prisões sempre mataram e expuseram ao risco de morte. Ao lado de outros tantos (Carandiru, Pedrinhas, Alcaçuz etc.), o atual momento também pode ser visualizado, em certo ponto, como mais um marco da história recente de massacres nas prisões do país. Muitas medidas vêm sendo adotadas para enfrentar a pandemia no contexto de privação de liberdade. Destaca-se, por exemplo, a Recomendação n. 62/2020 do CNJ, que recomendou aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Assim, este GT tem como objetivo recepcionar trabalhos que explorem especificamente o impacto do coronavírus nas prisões brasileiras, ou de outras jurisdições nacionais (Américas, África ou Europa), como também experiências de enfrentamento à pandemia, ou desafios para um panorama pós-Covid-19 no âmbito da execução penal.

Palavras-chave: Covid-19, prisões, execução penal, desumanidade, enfrentamentos.

Coordenação: *Bruno Rotta Almeida, Elaine Pimentel e Patrick Lemos Cacicedo*

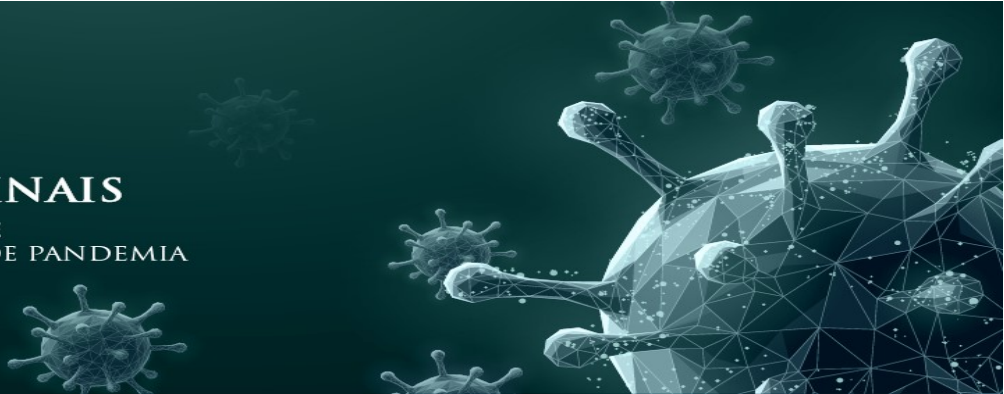


GT 36: Teoria e prática da justiça restaurativa: em busca de um modelo crítico para a América Latina.

Ementa: A justiça restaurativa apresenta-se como um vasto campo prático e de estudos, marcada por diferentes iniciativas que, conseqüentemente, tendem a produzir díspares relações com o sistema de justiça criminal tradicional. O debate crítico sobre o modelo, com o cotejo entre a teoria e as experiências produzidas em diversos locais, permite investigar os efeitos e os impactos que os mecanismos restaurativos apresentam – ou poderão apresentar – para reduzir a incidência do uso do sistema penal na resolução de conflitos criminais. A proposta de debater criticamente o estado da arte da justiça restaurativa na América Latina permite identificar as potencialidades e as limitações desse modelo de justiça e, ainda, verificar se a justiça criminal tradicional da região incorpora, coopta ou repele mecanismos de justiça que, teoricamente, deve(ria)m funcionar desde um novo paradigma. Assim, o GT ora proposto pretende oportunizar o debate entre os interessados na temática da justiça restaurativa e mapear experiências em curso na América Latina para, ao final, melhor compreender seu potencial emancipador na construção de um sistema não punitivo de administração de conflitos criminais.

Palavras-chave: justiça restaurativa, América Latina, justiça criminal, punição.

Coordenação: *Daniel Achutti, Maria Angélica Leal e Gabriel Carlos Fava*



GT 37: Direito processual penal contemporâneo.

Ementa: Este GT guarda pertinência com a linha de pesquisa Sistemas Jurídico-Penais Contemporâneos do PPGCCRIM da PUCRS. Seu objetivo é investigar o processo penal na atualidade e sua interface com os direitos humanos, em especial na América Latina, a partir de sua tradição inquisitória e autoritária. Compreende-se o ambiente político-institucional das Américas, e do Brasil, como de consolidação das conquistas democráticas, as quais, embora previstas nas Constituições dos Estados, ainda não conseguiram se efetivar concretamente em razão das permanências autoritárias, que se externam no processo e na jurisdição penal. Interessam trabalhos baseados em teorias críticas que abordem as recentes reformas legislativas brasileiras, nomeadamente as incorporadas pela Lei nº 13.964/2019, e as experiências de enfrentamento à situação de exceção trazida pela pandemia mundial de Covid 19 no que impacta no exercício dos direitos e garantias fundamentais no sistema de justiça criminal. Entende-se de grande importância as contribuições dos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos.

Palavras-Chaves: processo penal, direitos humanos, pandemia, “pacote anticrime”, América Latina.

Coordenação: *Nereu José Giacomolli e Denise Luz*